



Relatório INSP-2019-0094 BI-2019-0085

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 16/09/2019 **Hora:** 14h40 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Cláudia MFG. Rosa

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção foi efetuada no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Município da Horta **NIPC/NIF:** 512073821

Sede/morada: Paços do Concelho - Largo Duque de Ávila e Bolama

Código Postal: 9900-141 **Freguesia:** Horta (Matriz)

Concelho: Horta **Ilha:** Ilha do Faial

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Central de Triagem da Horta

Endereço: Canada dos Arrendamentos - Santa Bárbara

Código Postal: 9900 **Freguesia:** Horta (Angústias)

Concelho: Horta **Ilha:** Ilha do Faial

Atividade principal: Administração Local **CAE principal:** 84113

Outras atividades: Operações de Gestão de Resíduos – armazenamento de resíduos

Período de funcionamento: De 2.ª a 6.ª feira, das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h30

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença de Operador de Gestão de Resíduos n.º 11/DRA/2017, válido até 31/01/2022

Coordenadas geográficas: **Latitude:** 38º 31' 43.248" N **Longitude:** 28º 38' 47.576" W



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

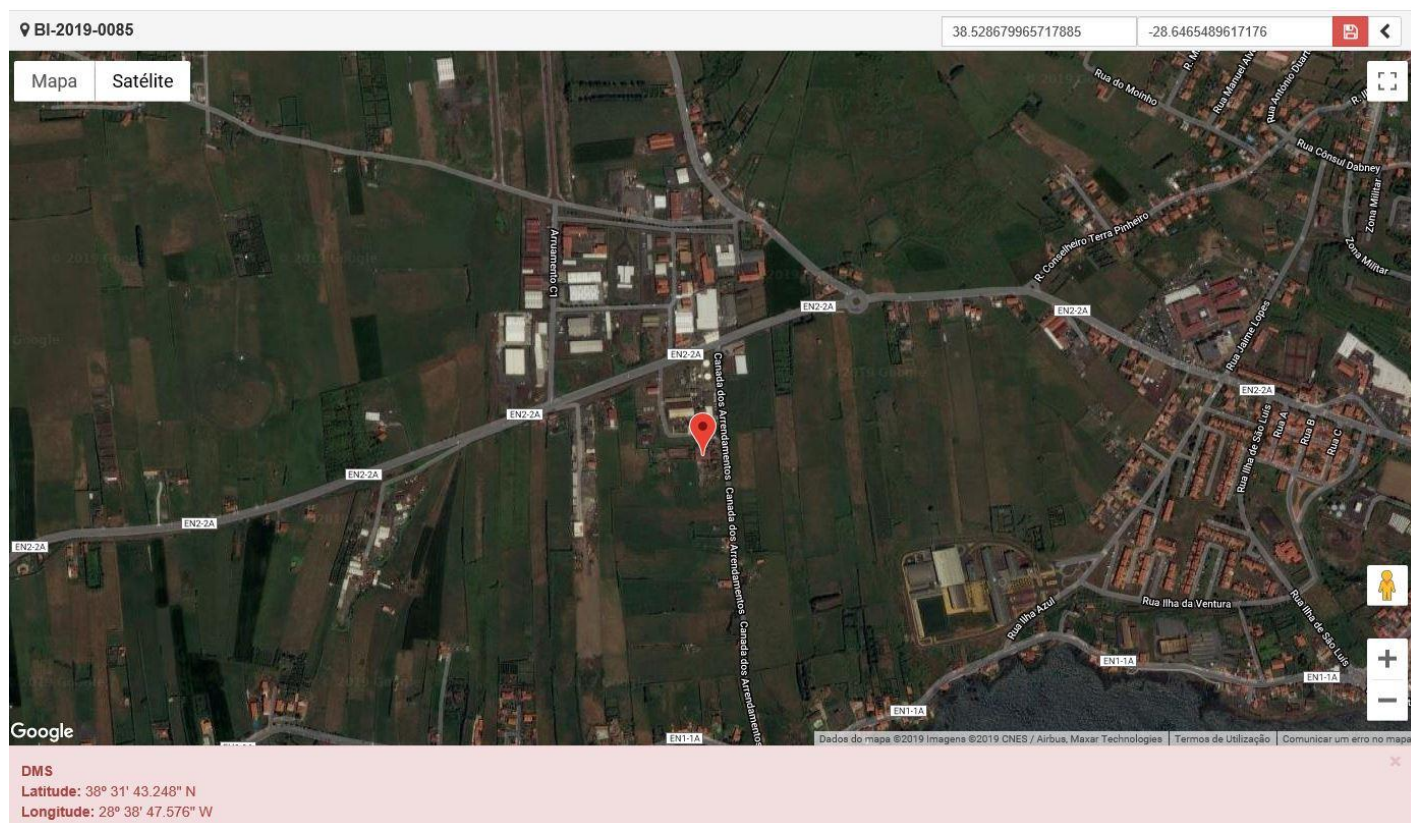


Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado (Fonte: GESTIRA).

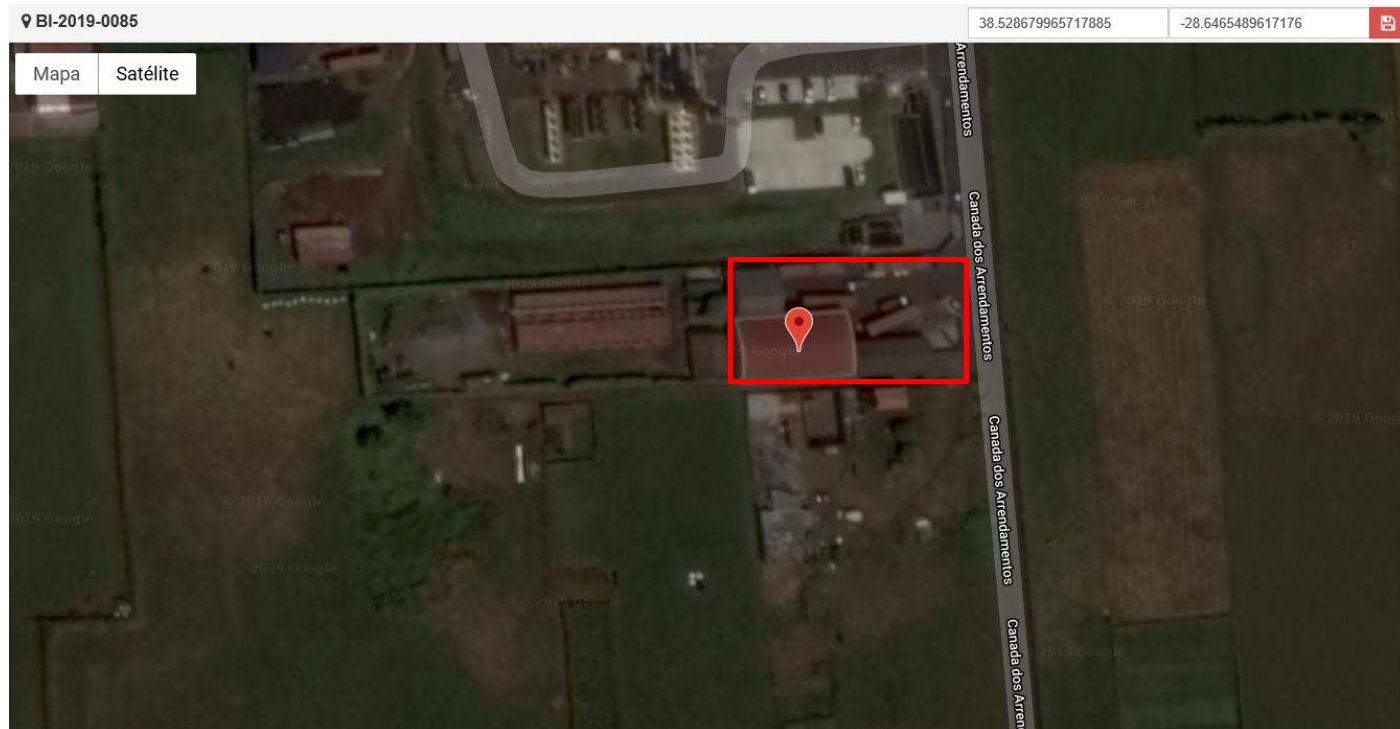


Figura 2: Localização do estabelecimento inspecionado (Fonte: GESTIRA).



2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O Município da Horta é um operador de gestão de resíduos (OGR) que opera na ilha do Faial, utilizando para o efeito as instalações identificadas no ponto 1.3 do presente relatório.

A instalação é constituída por 3 armazéns e parque exterior: 2 armazéns para as operações de receção, triagem e armazenagem de resíduos (um para as embalagens de papel e cartão e outro para as embalagens de plástico); 1 armazém para as instalações sociais e o parque exterior para estacionamento dos contentores destinados ao transporte dos resíduos.

O Alvará de OGR n.º 11/DRA/2017 autoriza o Município da Horta a armazenar várias tipologias de resíduos (códigos LER 15 01 01, 15 01 02, 15 01 04, 15 01 05, 15 01 06, 20 01 01, 20 01 25, 20 01 35* e 20 01 36), destinados a uma das operações R1 a R12.

No entanto, atualmente, e de acordo com informação prestada quer pelo trabalhador da central de triagem que acompanhou a visita inspetiva, quer pelo chefe da Divisão dos Serviços Municipais e Ambiente da Câmara Municipal da Horta, em reunião realizada no dia 19/09/2019, a Central de Triagem da Horta funciona como uma estação de transferência de resíduos, só recebendo resíduos de papel, cartão, plástico e respetivas embalagens. Estas tipologias de resíduos são recolhidas pelo município dos estabelecimentos de comércio e serviços da ilha do Faial, em carrinhas mais pequenas e, depois de serem triados, são encaminhados para o Centro de Processamento de Resíduos (CPR) do Faial, em camiões maiores, para rentabilizar as viagens até ao CPR, na freguesia da Praia do Norte. Recebe também estas tipologias de resíduos diretamente de produtores da ilha do Faial.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	



4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

4.1.1 – São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte:

Tipologia de águas residuais		Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/>	Urbanas	WC e 2 pontos de água	Fossa séptica e poço absorvente	solo
<input type="checkbox"/>	Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/>	Outro tipo de águas residuais industriais			

4.1.2 – Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☐ Operador de gestão de resíduos; ☐ Valorização agrícola; ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Não efetuam qualquer registo da entrada dos resíduos no momento em que os mesmos são admitidos na central de triagem. Registam os resíduos com base nas e-GAR emitidas pelos respetivos destinatários, depois destes os receberem nas suas instalações.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos – Mapa de Registo de Resíduos de 2018)

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER	Designação	Quantidade (Ton)	Operação	OBS.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos					
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	15 01 01	EMBALAGENS DE PAPEL E DE CARTÃO	0,0175	R13	
	15 01 02	EMBALAGENS DE PLÁSTICO	0,0020	R13	
	SUBTOTAL =		0,0195		
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares					
<input type="checkbox"/> Resíduos urbanos					
TOTAL =			0,0195		

OBS:

No mapa de registo de entradas de resíduos de 2018 submetido no SRIR apenas foram registados os resíduos que deram entrada na central de triagem acompanhados das respetivas e-Gars, que foi apenas uma: E-GAR código AZ2018120582459 relativa à entrada de 0,0175 ton. de embalagens de papel e cartão e de 0,002 ton. de embalagens de plástico, provenientes do armazém da EDA do Faial.

Os restantes resíduos recebidos não são contabilizados por não possuírem nenhum sistema de pesagem que permita quantificar os resíduos que dão entrada na instalação, bem como devido ao facto dos resíduos recolhidos pelo município nos diversos estabelecimentos de comércio e serviços serem posteriormente misturados para transporte para o CPR.

Esta discrepância pode ser avaliada por comparação das quantidades de resíduos registadas como entradas no estabelecimento em 2018, que totalizam **0,0195 ton.** (quadro 5.1.2) com a soma das quantidades de resíduos que saíram da instalação em 2018, 156,94 ton. (Quadro 5.1.5) e das quantidades que ficaram armazenadas, 6,74 ton. (Quadro 5.1.6), que totalizam **163,68 ton.** de resíduos, quantidade excessivamente superior às quantidades registadas como entradas na instalação.

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
A totalidade dos resíduos registados no mapa SRIR de 2018 como recebidos na central de triagem são provenientes da EDA – armazém do Faial e foram acompanhados da respetiva e-GAR. Os restantes resíduos chegam à central de triagem sem e-GAR e não são contabilizados dado não possuírem nenhum sistema de pesagem que permita quantificar os resíduos que dão entrada na instalação.	Informação constante do mapa de registo de resíduos de 2018 submetido no SRIR.

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
	Não resultam resíduos da atividade desenvolvida.		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

5.1.5 – Tipologias de resíduos encaminhados pelo estabelecimento

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos – Mapa de Registo de Resíduos de 2018)

LER	Designação	Quantidade (Ton.)	Destino
15 01 01	EMBALAGENS DE PAPEL E DE CARTÃO	119,48	Centro de Processamento de Resíduos da ilha do Faial
15 01 02	EMBALAGENS DE PLÁSTICO	19,10	Centro de Processamento de Resíduos da ilha do Faial
20 01 40	METAIS	18,36	Almeida & Filhos – Comércio de Sucatas, Lda.
TOTAL =		156,94	
OBS:	Resíduos encaminhados pela Central de Triagem em 2018.		

5.1.6 – Tipologias de resíduos armazenados no estabelecimento

(Fonte: SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos – Mapa de Registo de Resíduos de 2018)

LER	Designação	Quantidade (Ton.)	Obs.
15 01 01	EMBALAGENS DE PAPEL E DE CARTÃO	6,00	
15 01 02	EMBALAGENS DE PLÁSTICO	0,74	
TOTAL =		6,74	
OBS:	Resíduos armazenados na Central de Triagem em 2018: quantidades que deram entrada nas instalações em 2018 e que foram armazenados para o ano seguinte.		

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	No entanto, a zona de armazenagem das embalagens de plástico contém também embalagens de metal e embalagens compósitas (Figuras 5 e 6).
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Os resíduos são entregues a OGR devidamente licenciados.
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	No entanto, não foram observados resíduos armazenados em contentores, encontravam-se todos colocados diretamente no pavimento dos armazéns.
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Da consulta do SRIR, em 2018 não receberam resíduos perigosos e, de acordo com o informado, deixaram de os receber.
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla resíduos hospitalares.
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla RCD.
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não utiliza e-GAR no transporte dos resíduos, nomeadamente, dos resíduos que, depois de triados na instalação, são encaminhados para o CPR.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	No entanto, não submeteu os mapas de registo de resíduos relativos a 2016 e 2017. Em 2018, o mapa de registo de resíduos foi submetido no SRIR dentro do prazo.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla pneus usados.
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla óleos minerais usados.
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida (VfV).	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla VfV.
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE).	DL 67/2014	Não aplicável	Da consulta do SRIR, em 2018 não receberam REEE e, de acordo com o informado, deixaram de receber REEE.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores.	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	O alvará de OGR não contempla pilhas e acumuladores.
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º, 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	Da consulta do SRIR, em 2018 não receberam OAU e, de acordo com o informado, deixaram de receber OAU.
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos.	Art.º 54.º e 53.º, DLR 29/2011/A; Reg(CE)1013/2006	Não aplicável	

5.2.2 – Requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Existem de estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento.	Art.º 36.º, alínea a), DLR 29/2011/A; Alínea a), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	
b) Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação.	Art.º 36.º, alínea b), DLR 29/2011/A; Alínea b), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
c) Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação.	Art.º 36.º, alínea e), DLR 29/2011/A; Alínea c), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido parcialmente	As áreas de gestão não estão identificadas por tipologia de resíduos, embora haja um armazém para os plásticos e outro para o papel e cartão, mas não estão identificados.
d) Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente, quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR).	Art.º 36.º, alínea c), DLR 29/2011/A; Alínea d), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido parcialmente	O carregamento do SRIR é cumprido, mas não há registo de admissão de resíduos nem e-GAR para acompanhamento do transporte dos resíduos que, depois de triados, saem da instalação.
e) A armazenagem e triagem dos resíduos é feita em local coberto e pavimentado.	Art.º 33º, DLR 29/2011/A; Alínea e), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	
f) O armazenamento dos resíduos é efetuado sem empilhamento excessivo e de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prevenir o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança.	Alínea f), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	
g) A instalação está dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.	Alínea g), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	
h) Os resíduos encaminhados para a instalação estão isentos de contaminantes, nomeadamente que lhes confirmam perigosidade.	Alínea h), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	
i) Está implementado um plano relativo aos procedimentos a adotar em casos de depósito não controlado de resíduos não urbanos ou de resíduos perigosos na instalação.	Alínea i), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da existência deste plano.
j) Está implementado um plano de minimização de elementos dispersos pelo vento e de proliferação de aves, vermes, roedores, insetos e outros animais. No que respeita à prevenção, controlo e redução de riscos associados à presença das espécies de roedores devem ser tidas em conta as disposições aplicáveis constantes do DLR n.º 31/2010/A, de 17/11, regulamentado pela Portaria n.º 98/2012, de 18/09.	Alínea j), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Não avaliado	
k) Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança e de acordo com os planos implementados.	Alínea k), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Cumprido	



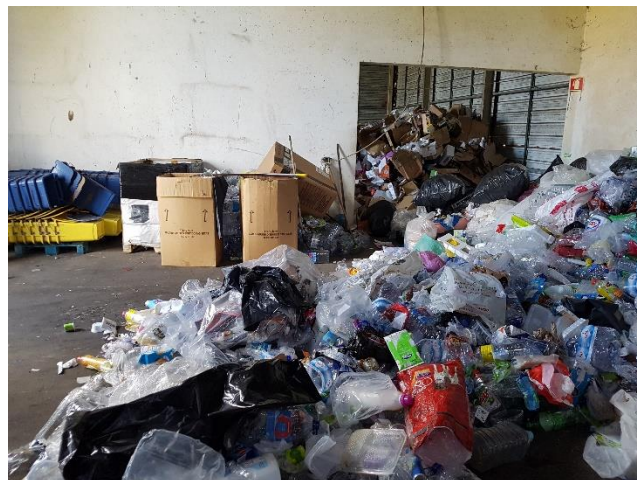
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
l) O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16/11, e é acompanhado por GAR devidamente preenchida, se aplicável.	Art.º 59º e 60º, DLR 29/2011/A; Alínea l), n.º 4, Alvará OGR 11/DRA/2017	Não cumprido	Não utiliza e-GAR relativamente aos resíduos que são triados na instalação e posteriormente transportados para o CPR ⁽¹⁾ . (requisito igualmente previsto na alínea g) do quadro 5.2.1.)
m) Está disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Art.º 36.º, alínea d), DLR 29/2011/A	Não cumprido	
n) Delimitadas e identificadas as áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações.	Art.º 36.º, alínea f), DLR 29/2011/A.	Não aplicável	
o) Funcionamento de sistemas de recolha, drenagem e tratamento de efluentes e de derramamentos e, quando apropriado, decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 36.º, alínea g), DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não se encontra a receber óleos e gorduras alimentares usados.
p) Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º, alínea h), DLR 29/2011/A	Não aplicável	
q) As tipologias de resíduos geridos na instalação são os previsto no alvará de Operador de Gestão de Resíduos (OGR).	N.º 2, Alvará OGR 11/DRA/2017	Não cumprido	Em 2018 encaminhou 18,36 ton. de METAIS, código LER 20 01 40, tipologia de resíduos que a instalação não está autorizada a gerir.

(1) Nos termos do n.º 3 do artigo 59.º do DLR n.º 29/2009/A, de 16/11, a obrigatoriedade de guia de acompanhamento de resíduos não é aplicável ao transporte de resíduos urbanos, com exceção dos resultantes de operações de triagem e destinados a operações de valorização.



Figuras 3 e 4: Área de armazenagem de resíduos de embalagens de papel e cartão.



Figuras 5 e 6: Área de armazenagem embalagens de plástico, com mistura de embalagens de metal (LER 15 01 04) e embalagens compósitas (LER 15 01 05).



6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Não foram identificadas substâncias perigosas no estabelecimento.

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte:

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação/tratamento
Não foram identificadas fontes de emissão de poluentes abrangidas pelo DLR 32/2012/A.			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	Não foram identificados equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa.	
5 ≤ TECO ₂ < 50		
50 ≤ TECO ₂ < 500		
TECO ₂ ≥ 500		

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
	A atividade não tem enquadramento neste âmbito.		

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	Não foram identificados equipamentos contendo gases prejudiciais para a camada de ozono.	
3 ≤ Carga < 30		
30 ≤ Carga < 300		
Carga ≥ 300		



7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona Industrial.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidência/Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidência/Justificação
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não avaliado	

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

Operador de gestão de resíduos

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º, DL 147/2008	Não cumprido	

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração	Enquadramento legal
a) Incumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos, nomeadamente, não utiliza e-GAR no transporte dos resíduos urbanos que, depois de triados na instalação, são encaminhados para o CPR.	Viola o n.º 3 do artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea mm) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b) Incumprimento da obrigação de identificar as áreas de gestão de resíduos por tipologia ou fluxo de resíduos.	Viola a alínea e) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março; Viola também a alínea c) do n.º 4 do Alvará de OGR n.º 11/DRA/2017, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
c) Incumprimento da obrigação de serem fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente, quanto ao processo de admissão de resíduos e registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos.	Viola a alínea c) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março; Viola também a alínea d) do n.º 4 do Alvará de OGR n.º 11/DRA/2017, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

d)	Incumprimento da obrigação de implementar um plano relativo aos procedimentos a adotar em casos de depósito não controlado de resíduos não urbanos ou de resíduos perigosos na instalação.	Viola a alínea i) do n.º 4 do Alvará de OGR n.º 11/DRA/2017, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
e)	Incumprimento da obrigação de ter disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Viola a alínea d) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
f)	Recebeu resíduos que não está autorizado a gerir, nomeadamente, metais, código LER 20 01 40.	Viola o n.º 2 do Alvará de OGR n.º 11/DRA/2017, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
g)	Incumprimento da obrigação de constituição de garantia financeira (através da subscrição de apólice de seguro, da obtenção de garantia bancária, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito) válida e em vigor que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos.	Viola o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09/03, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência e de €240.000 a €5.000.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

11 – Indicações e medidas adotadas

11.1 – Notificação do município para regularização das infrações identificadas no ponto 10. do presente relatório ou, em alternativa, submeter à DRA um pedido de revisão do alvará de OGR, dado que o estabelecimento inspecionado funciona, atualmente, apenas como uma estação de transferência de resíduos de embalagens de plástico, de papel e de cartão, tendo deixado de receber algumas tipologias de resíduos contempladas no alvará de operador de gestão de resíduos.

11.2 – Dar conhecimento à Direção Regional do presente relatório.

Horta, 30 de outubro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)